

Parceria Estratégica EUA-Índia: *Poder e Identidade* no Sistema Inter-Estatal Pós-Atlântico

Henrique Raposo

Investigador no Instituto da Defesa Nacional

Resumo

Por que razão a Índia e os EUA encetaram uma inédita parceria estratégica? Em primeiro lugar, americanos e indianos partilham a mesma identidade liberal (globalização económica; democracia liberal). Depois, a emergência imprevisível da China é um factor de preocupação em Washington e Nova Deli. Esta parceria indicia alguma mudança de fundo nos paradigmas da política internacional? Sim. A parceria EUA-Índia mostra-nos um sistema inter-estatal crescentemente pós-Atlântico. O Atlântico Norte está a perder a centralidade que deteve durante os últimos séculos: estamos num mundo pós-Atlântico quer no que respeita à distribuição de poder estrutural, quer ao nível da identidade/legitimidade liberal. Este artigo chama a atenção para o facto de a Índia, além de ser um Grande Poder, ser também uma democracia liberal.

Abstract

USA-India Partnership: Power and Identity in the Post-Atlantic Interstate System

Which factors can help us to understand the growing strategic partnership between India and USA? First, Americans and Indians share the same liberal identity (liberal democracy and open economy). Second, there is a concern in Washington and New Delhi regarding the unclear Chinese emergence and intentions. Does this strategic partnership imply a paradigm shift in world politics? We argue that the North Atlantic Area, for the first time in many centuries, is no longer the nexus of world politics. We live in a post-Atlantic world with a 'de-Westernization' of power and liberal legitimacy. India and China are emerging economies and India is, above all, a rising democratic power.

«A strong Japan, a strong China, and a strong India [...] never before in history have all three of these powers been strong at the same time»

Brahma Chellaney¹

«The lone success story in the Bush administration's epic narrative of foreign policy failure is the approval of its nuclear deal with India»

Mira Kamdar²

«India is an ancient civilization and has a mind of its own on each issue. But our views are moving in parallel with the US»

Sharif Shuja³

1. Considerações Iniciais

Este artigo pretende responder a duas questões. Primeira (a montante): quais são as causas que explicam a crescente proximidade estratégica entre EUA e Índia? Segunda (a jusante): a parceria Washington-Nova Deli indicia alguma mudança de fundo no sistema inter-estatal?

Os EUA são a maior democracia do Ocidente e a mais antiga do mundo; a Índia é a maior democracia do mundo. Os EUA constituem a maior economia mundial; a Índia é a 4.^a economia mundial em PPP (*purchasing power parity*). Os EUA continuam a ser a super-potência militar indiscutível; a Índia (uma potência nuclear) é a terceira potência militar com cerca de 1.26 milhões de soldados (EUA: 1.36; China: 2.31)⁴. A Índia é a segunda nação mais populosa do mundo (a caminho de ultrapassar a China);

1 Brahma Chellaney, "Japan-India partnership: key to bolstering stability in Asia", in *The Japan Times*, December 14, 2007.

2 Mira Kamdar, "The Real Price in India-US Relations", in *World Policy Journal*, 23, 4 (Winter 2006/2007), p. 60.

3 Sharif Shuja, "The Realignment of India-US Relations: Strategic Dimensions", in *Contemporary Review*, 287, 1677 (October 2005), p. 209.

4 Cf. Dinshaw Mistry, "A Theoretical and Empirical Assessment of India as an Emerging Power", in *India Review*, 3, 1 (January 2004).

os EUA ocupam o terceiro lugar na escala demográfica. Estes dois gigantes, tão significativos em termos de *poder estrutural* e *identidade normativa* dentro do *sistema inter-estatal*,⁵ estão a executar uma inédita aproximação estratégica. Este facto – de primeira grandeza dentro de uma perspectiva realista⁶ – tem sido desprezado no mundo ocidental, sobretudo na Europa. Como salienta Ashutosh Sheshabalaya, a Índia é a grande omissão das percepções europeias.⁷ E, nos EUA, o interesse político pela Índia é um fenómeno recentíssimo. No final dos anos 80, todos os livros sobre a Índia existentes na Universidade de Harvard estavam arrumados na secção das religiões.⁸ Os dois livros americanos marcantes dos anos 90 (*O Choque das Civilizações* de Huntington e o *Fim da História* de Fukuyama) garantem à Índia um papel absolutamente secundário.⁹ Ainda nos anos 90, Donald Kagan e Henry Kissinger projectavam um século XXI com os cinco suspeitos do

5 Este trabalho segue uma linha realista (Raymond Aron) e não neorealista/estruturalista. Repare-se na diferença entre *sistema inter-estatal* (Aron) e *sistema internacional* (neorealismo). O sistema inter-estatal é o resultado da inter-acção entre os diversos estados; o *sistema internacional* é a estrutura que controla os estados. O sistema inter-estatal é endógeno aos estados; nasce da acção política autónoma e não-determinada dos estados; o sistema internacional é uma entidade exógena que paira acima da vontade dos estados. São os estados (através das suas acções e interações) que determinam a textura do sistema e não o inverso. Concentramos, portanto, a nossa análise nas *unidades* (os Estados) e não na *estrutura* (sistema). Somos devedores da escola realista neoclássica (Zakaria, Schweller, Nau). A *lente* neoclássica analisa sobretudo as percepções políticas que as elites de estado X têm sobre o fenómeno Y ou o estado Z. Ou seja, a par dos factores materiais é preciso estudar a forma como as elites *percepcionam* as diversas realidades empíricas (Schweller). Não há uma realidade indiscutível. Há diversas percepções sobre a realidade. Neste sentido, a par da dimensão estrutural é preciso estudar a dimensão normativa dos estados. É preciso perceber a importância do regime constitucional que controla o poder material do estado (Zakaria). Neste trabalho é sobretudo evidente a influência de Henry Nau. Tal como Nau, utilizamos duas variáveis de estudo: (a) o *poder estrutural* do Estado e (b) a *identidade normativa* do regime político que controla esse poder estrutural. A identidade nacional é tão importante como o poder nacional. Não existe um Poder puro, cru e abstracto a flutuar acima dos homens num hipotético sistema árido e sem ideias. Sem uma auto-imagem normativa e qualitativa, os Estados nem sequer têm incentivos para conceber e perseguir os interesses nacionais materiais/quantitativos. A identidade é o *filtro* epistemológico/qualitativo entre a realidade material do estado e a realidade material do sistema. Ver Henry Nau, *At Home Abroad, Identity and Power in American Foreign Policy*, Ithaca, Century Foundation, 2002. Fareed Zakaria, *From Wealth to Power*, Princeton, Princeton University Press, 1999; Randall. L. Schweller, *Unanswered Threats*, Princeton, Princeton University Press, 2006. Raymond Aron, *The Imperial Republic*, New Jersey, Prentice-Hall, 1974.

6 O que levou o realista neoclássico Fareed Zakaria a comparar a aproximação *Bush - Índia* à aproximação *Nixon - China*. Cf. Fareed Zakaria, "Nixon to China, Bush to India", in *Newsweek*, 147, 9 (27 February 2006).

7 A omissão da Índia nas percepções europeias é o grande mote de Ashutosh Sheshabalaya, *Made in India*, Lisboa, Centro Atlântico, 2006.

8 Ver Edward Luce, *Apesar dos Deuses, A Estranha Ascensão da Índia Moderna*, Lisboa, Bizâncio, 2007, pp. 13-22.

9 Ver esta crítica em Pavan K. Varma, *A Índia no Século XXI*, Lisboa, Presença, 2006, pp. 32-33.

costume: EUA, Alemanha/Europa, Japão, China e Rússia.¹⁰ Hoje, percebe-se que a Índia é um inesperado sexto passageiro que vem alterar estes cálculos ocidentais (e até chineses).¹¹ Por aquilo que representa *per se* e devido à crescente proximidade com os EUA, a Índia já não é o «minúsculo pontinho» «nos ecrãs dos radares dos estrategos e dos analistas políticos, sobretudo nos países ocidentais».¹² O acordo nuclear EUA-Índia é o dado simbólico que *oficializa* o ingresso de Nova Deli no clube dos *Grandes Poderes*.¹³ Ao reconhecer o programa nuclear indiano, os EUA permitem a entrada da Índia no clube que pertencia, em exclusivo, aos vencedores da II Guerra (China, França, Inglaterra, Rússia e EUA). Não há sinal político mais importante do que este. Analisemos, portanto, (1) o porquê da aproximação entre Índia e EUA e (2) o perfil do sistema inter-estatal que é indiciado por esta parceria.

2. Ponto de Partida: o Desvio no Centro de Gravidade

Entre 2001 e 2006, a economia mundial conheceu o período de maior crescimento das últimas três décadas. O crescimento *per capita* foi de 3,2% à escala global, uma marca sem precedentes históricos. Vivemos ainda outro fenómeno sem precedentes: EUA, Europa e Japão crescem, mas China, Índia, Brasil e demais economias em desenvolvimento crescem a um ritmo superior.¹⁴ O crescimento de 7,2% das economias em desenvolvimento permite dizer que «there is a kind of an autonomous process going on in the developing countries»,¹⁵ isto é, as economias não-ocidentais são cada vez mais independentes das economias ocidentais. Os *eventos* dramáticos e televisionados (Israel-Palestina, Iraque, Líbano, Irão, Venezuela e Coreia do Norte) podem fazer muito

10 Ver Donald Kagan, *Sobre as Origens da Guerra e a Preservação da Paz*, vol 2, Lisboa, Temas da Actualidade, 1995, p. 334; Henry Kissinger, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 2002 [1994], pp. 702-731.

11 Apesar da vizinhança, os chineses também não estavam preparados para a novidade da ascensão indiana. Só muito recentemente a elite chinesa começou a perceber a Índia enquanto Grande Poder e rival. Ver Jing-Dong Yuan, “The Dragon and the Elephant: Chinese-Indian Relations in the 21st Century”, in *The Washington Quarterly*, 30, 3 (Summer 2007), pp. 131-144.

12 Pavan K. Varma, *A Índia no Século XXI*, p. 21.

13 O termo *Grande Poder* é retirado dos estudos clássicos de AJP Taylor. *Grande Poder* é aquele que tem a capacidade de lançar uma guerra sobre outro *Grande Poder*. Ver A.J.P. Taylor, *The Struggle for Mastery of Europe, 1848-1918*, Oxford, Oxford University Press, 1977 [1954].

14 Ver Fareed Zakaria, “International Commerce is the True Battleground”, in *Newsweek*, November 27, 2006.

15 “Launch of 2007 World Development Indicators”, Washington, The World Bank, April 15, 2007.

ruído mediático, mas é este lento *processo* de ascensão económica não-ocidental (sobretudo na China e na Índia) que está a mudar radicalmente a face da política internacional. A globalização, depois da fase europeia (até 1914) e americana (depois de 1945), está a desenvolver uma fase asiática.¹⁶ Em 2005, este processo atravessou o Rubicão: as economias em desenvolvimento (sobretudo asiáticas) passaram a produzir mais de 50% do *output* mundial. Isto significa que o G-7 já não domina a economia global. E é bom recordar que a emergência asiática é um regresso ao passado: até ao século XIX, a Índia e a China detinham as maiores economias mundiais.¹⁷

Segundo a *Goldman Sachs*, apenas os EUA e o Japão continuarão a pertencer ao grupo das sete maiores economias em 2050; a Índia será a terceira maior economia do mundo, atrás dos EUA e da China. Os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) substituirão a França, a Itália, a Alemanha e o Reino Unido no topo da economia mundial.¹⁸ Alguns especialistas acompanham o prognóstico da *Goldman Sachs* e afirmam que, em 2050, a economia indiana ultrapassará a economia americana.¹⁹ Hoje, as quatro economias mais poderosas em PPP (EUA, China, Japão e Índia) já não são europeias. A China ultrapassou a Grã-Bretanha, a França e a Itália na classificação das nações mais industrializadas, e ultrapassou os EUA enquanto principal fornecedor mundial de ICT (*Information & Communication Technology*). Europeus, japoneses e americanos detinham o monopólio sobre os produtos de valor acrescentado devido à sua superioridade tecnológica; esse monopólio foi quebrado por chineses e indianos.²⁰ O monopólio ocidental sobre os fluxos de capital também foi quebrado; o mesmo se passa no mercado petrolífero.²¹

Estas mudanças estruturais, tal como indicou Henry Kissinger, têm uma consequência ao nível da percepção das prioridades estratégicas: «for all their importance, the regional crises – Iraq, North Korea – are dwarfed by the fundamental transfer of power within the international system».²² Por outras palavras, dentro do sistema inter-estatal, há um

16 Ver Clyde Prestowitz, “‘Chindia’ tilts the playing field”, in *Current History*, 105, 690 (April 2006), pp. 147-148.

17 Ver Pam Woodall, “The New Titans – a survey of the world economy”, in *The Economist*, September 16th, 2006; “Coming of Age” e “Climbing Back”, *The Economist*, January 19th, 2006.

18 Ver Roopa Purushothaman and Dominic Wilson, “Dreaming with BRICs: the Path to 2050”, Global Economics Paper #99, Goldman Sachs, October 1, 2003; disponível em <http://www2.goldmansachs.com/insight/research/reports/99.pdf>.

19 Ver, por exemplo, Edward Luce, “One Land, Two Planets”, in *Newstatesman*, January 30, 2006, pp. 23-25.

20 Ver Dan Steinbock, “New Innovation Challengers: the Rise of China and India”, in *The National Interest*, 87 (January/February 2007).

21 Ver Zorawar Daulet Singh, “All Options Open to India”, in *Asian Times*, April 20, 2007.

22 Henry Kissinger, “America’s Assignment”, in *Newsweek*, January 8, 2005.

desvio no centro de gravidade do Atlântico para o Pacífico, e isso significa que, para os EUA, as grandes questões estratégicas são as seguintes: (1) cooperação ou confronto com Pequim?²³ (2) Como gerir o *regresso* do Japão com a emergência da Índia e da China?²⁴ (3) Como coordenar a relação China-Índia no sentido de evitar «misperception, misunderstanding, or miscalculation»²⁵ entre os dois gigantes asiáticos? É este enquadramento estratégico que serve de moldura à parceria Índia-China.

3. Índia além do PIB: a Maior Democracia Liberal do Mundo

A performance económica domina os livros e artigos sobre a Índia. E os factos são realmente impressionantes: (1) «30 a 40 milhões de pessoas estão a integrar a classe média todos os anos»;²⁶ a classe média indiana (300 milhões²⁷) é superior à população total dos EUA (2); o PIB indiano é de \$805bn,²⁸ a Índia é a décima economia do mundo em termos absolutos²⁹ e a quarta em PPP;³⁰ entre 2002 e 2006, a Índia cresceu a 8%; no último ano fiscal cresceu a 9,4%.³¹ (3) A *Tata* comprou a *Corus* e a *Mittal* adquiriu a *Arcelor*.³² (4) Em 2001, a Índia apresentava 354 milhões de pessoas entre os 5-19 anos, logo, entre 170 a 200 milhões vão procurar emprego nos próximos 15 anos.³³ (5) Apesar do ruído da esquerda marxista,³⁴ a globalização significa uma eliminação da pobreza sem precedentes históricos;³⁵ a percentagem da população abaixo do limiar da pobreza passou de 55% (1973) para 26% (2000). Este número é muito disputado, mas é indiscu-

23 Ver Fareed Zakaria, “Adrift in a Turbulent”, in *Newsweek*, April 24, 2006.

24 Ver Pang Zhongying, “Debating Delhi - the Dragon and the Elephant”, in *The National Interest*, 89 (May/June 2007), p. 48.

25 Jing-Dong Yuan, “The Dragon and the Elephant: Chinese-Indian Relations in the 21st Century”, p. 140.

26 Pavan K. Varma, *A Índia no Século XXI*, p. 223.

27 Cf. Ashutosh Sheshabalaya, *Made in Índia*, p. 374.

28 Evolução: 1985 (\$227bn), 1995 (\$355bn), 2004 (\$695bn). Cf. “India at a Glance”, The World Bank, April 23, 2007.

29 The World Bank, *World Development Indicators Database*, April 23, 2007; <http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf>.

30 The World Bank, *World Development Indicators Database*, April 23, 2007; http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP_PPP.pdf

31 “Goldilocks tests the vindaloo”, *The Economist*, June 9th, 2007.

32 Ver Matthew Kaminski, “Heavy Mittal”, in *The Wall Street Journal*, February 4, 2006.

33 Cf. Laveesh Bhandari, “Wages of the Young”, in *The Indian Express*, February 17, 2007.

34 Ver, por exemplo, Vijay Prashad, “India is Flat”, in *Himal*, 20, 6 (June 2007).

35 Ver C. Raja Mohan, “India’s New Regionalism”, in *Himal*, 20, 3 (March 2007).

tível que a redução da pobreza é um fenómeno com sustentação empírica,³⁶ os políticos³⁷ e os *media* indianos³⁸ são bem claros a este respeito. (6) Estes números são o fruto das reformas liberais iniciadas em 1991 (abertura da economia socialista/proteccionista ao comércio internacional e ao investimento externo) e da capacidade indiana para liderar sectores de ponta (*software*; *outsourcing* de serviços; indústria farmacêutica, médica e biotecnológica). O responsável da IBM para a Índia/China é claro: «India is at the epicentre of the flat world».³⁹ (7) A confiança nas reformas liberais e na capacidade indiana para liderar a globalização é uma constante na imprensa indiana.⁴⁰

Porém, não iremos seguir esta abordagem económica e tecnológica. Este é um artigo de ciência política e não um *policy paper* para uma consultora financeira.⁴¹ Recusamos esta tendência para discutir a Índia no enquadramento *BRIC*. A emergência económica da Índia é uma evidência empírica, como já demonstrámos. É apenas um ponto de partida e não o ponto de chegada. O papel do cientista político é analisar a questão *para lá* dessa evidência estrutural/económica. E, desde logo, devemos dizer que *BRIC* é um conceito apolítico; um conceito exclusivamente económico que deturpa a autonomia da política, usando apenas a variável económica/estrutural (economia emergente).⁴² De forma errónea, *BRIC* coloca no mesmo conceito vários *Estados* com *Regimes* políticos distintos (dois regimes autoritários - Rússia e China - e dois regimes demo-liberais - Brasil e Índia). Se pretendemos compreender esta república federal indiana, então, temos que cruzar a variável *poder estrutural* com a variável *identidade normativa/regime*. E quando fazemos isso, percebemos que a Índia, antes de representar um PIB faraónico,

36 Ver Baldev Raj Nayar, "India: Poverty Retreats with Globalization's Advance", in *YaleGlobal*, February 1, 2007.

37 "Inaugural Address by Minister of External Affairs, Shri Pranab Mukherjee at the Second SAARC Business Leaders' Conclave in Mumbai", April 17, 2007. <http://www.mea.gov.in/sshome.htm>.

38 "World poverty reduced by growth in India and China", in *The Hindu*, April 18, 2007.

39 Ver Anand Giridharadas, "India's Edge Goes beyond Outsourcing", in *The New York Times*, April 4, 2007.

40 Ver protótipo desta confiança em Ila Patnaik, "GDP Growth in 2007", in *The Indian Express*, January 1, 2007.

41 Para a análise económica da Índia, ver Ashutosh Sheshabhalaya, *Made in India, a Próxima Superpotência Económica e Tecnológica*, Lisboa, Centro Atlântico, 2006; Diana Farrell, "India Outsmarts China", in *Foreign Policy*, 152 (January/February 2006), pp. 30-31; "The place to be", *The Economist*, November 11, 2004; "Wall Street invades Mumbai", in *International Herald Tribune*, April, 13, 2007; Prasenjit K. Basu, "India and the Knowledge Economy: the 'Stealth Miracle' is Sustainable", in *India as a New Global Leader*, London, The Foreign Policy Centre, 2005, pp. 27-62; Joydeep Mukherji, "India's Long March to Capitalism", in *India Review*, 1, 2 (April 2002), pp. 29-60.

42 Exemplo deste erro: Carl Dahlman, "China and India: Emerging Technological Powers", in *Issues in Science & Technology*, 23, 3 (Spring 2007).

representa a «preservation of democratic rule in a poor country of 1.1 billion people».⁴³ E é como *democracia liberal* (e não como *BRIC*) que a Índia actua no sistema inter-estatal. Coloquemos, então, a política no centro da ciência política:

«Politics – rather than just economic and material capabilities which are stressed by economic and business analysts – are crucial to India’s power prospects».⁴⁴

Antes de ser um PIB, Nova Deli é a capital da maior democracia liberal do mundo. E nesta democracia liberal, já é um cliché dizê-lo, o sucesso económico tem sido feito *contra* a burocracia estatal, «the most crippling of Indian diseases»,⁴⁵ a herança do socialismo que marcou a vida da Índia entre 1947 e 1991⁴⁶ (a construção de 17 km de um metropolitano pode durar 22 anos).⁴⁷ Ou seja, o dinamismo da sociedade indiana (empresários) contrasta com a rigidez e lentidão do Estado (burocratas). A imprensa e os empresários repetem constantemente a necessidade de mais reformas liberais (nova lei laboral; mais abertura ao investimento externo; mudanças no sector financeiro) que possibilitariam um crescimento ainda mais acelerado. O empresário Ratan Tata chega mesmo a dizer que o sistema político indiano é uma fraqueza económica quando se compara o crescimento indiano (na casa dos 8%) com o crescimento chinês (na casa dos 11%).⁴⁸ Mas Tata – como muitos outros – esquece uma coisa: antes de ser um PIB em articulação com a globalização, a Índia é um Estado com um *regime* e uma *identidade* normativa. E a política, mesmo num mundo globalizado, é sempre local.

A China apresenta um trajecto económico quantitativamente superior, reflexo da sua maior abertura em relação ao exterior. É uma das ironias da história: a China, ainda dominada pelo Partido Comunista, é totalmente aberta ao capitalismo global, enquanto a Índia mantém algumas reservas proteccionistas. Ora, esta menor abertura indiana é o resultado do *trade off* democrático. Na actual conjuntura, o actual governo indiano (liderado pelo Partido do Congresso) tem de negociar com os seus parceiros de coligação, os comunistas, que se opõem a qualquer medida reformista. Em qualquer

43 Simon Long, “India’s Hour”, in *The World in 2006*, The Economist, p. 65.

44 Dinshaw Mistry, “A Theoretical and Empirical Assessment of India as an Emerging Power”, in *India Review*, 3, 1 (January 2004), p. 81.

45 Shashi Tharoor, “A Glossary of Indianness – The ‘B’ List”, in *The Times of India*, April 29, 2007.

46 A grande referência desta linha de análise é Gucharan Das, “The India Model”, in *Foreign Affairs*, 85, 4 (July/August 2006), pp. 2-16.

47 Ver “Making the trains run on time”, *The Economist*, February 18th, 2006.

48 “We Indians Have to Struggle to Catch Up”, in *Der Spiegel Online*, April 9, 2007.

conjuntura política, a Índia é sempre uma imensa máquina de compromisso político. Estamos a falar de uma gigantesca federação, com mais de um milhão de políticos espalhados por 23 Estados e 7 territórios. Esta complexidade política, como é óbvio, tem custos ao nível da eficácia económica. As tais reformas demoram mais tempo a surgir. Afinal, «is not easy to reform in a democracy».⁴⁹ No regime autoritário chinês, os planificadores da economia podem lançar qualquer política económica, sem necessidade de compromissos políticos internos e sem correrem o risco de perderem o poder nas eleições.

60% da população indiana ainda vive em zonas rurais e pobres e a justaposição entre riqueza e pobreza é abissal; por ano, morrem 2,3 milhões de crianças devido a carências de nutrição; metade das crianças com menos de cinco anos passa fome; centenas de milhar de agricultores cometeram suicídio na última década.⁵⁰ Qualquer governo indiano não pode ignorar estas situações. Na China, existem problemas semelhantes, mas o Partido Comunista Chinês pode ignorá-los. Aqueles que resistem às medidas económicas de Nova Deli podem derrubar os governos através do voto,⁵¹ aqueles que resistem à política económica de Pequim são presos ou mortos. Na China, não é preciso um compromisso entre economia global e política local. Na Índia, as manifestações contra a globalização ou contra as reformas pró-mercado fazem parte da equação política.⁵² Em Nova Deli, a globalização e a política democrática têm de chegar a um acordo; um compromisso que domestique a tensão entre a lógica política (a *Índia local* que exige transferência de recursos para os mais desfavorecidos) e a lógica económica (a *Índia global* que procura maximizar a competitividade económica a uma escala global),⁵³ um compromisso entre duas parcelas que fazem parte da equação política de qualquer democracia liberal: «globalization without democracy will be

49 Gurcharan Das, “The Killing of 24*7 Water”, in *The India Times*, 21 April, 2007.

50 Ver Leah Fenwick, “Debating Delhi - India’s Ascending Path”, in *The National Interest*, 89 (May/June 2007), pp. 49-51; Siddharth Agarwal, “Facts hard to digest”, in *Hindustan Times*, February 22, 2007; Pankaj Mishra, “Impasse in India”, in *New York Review of Books*, 54, 11 (June 28, 2007).

51 Em 2004, o BJP (Bharatiya Janata Party. De direita nacionalista, no poder desde 1999) foi castigado nas urnas. O crescimento económico, os eleitores elegeram o Partido do Congresso. O slogan do BJP - *Índia Shining* - soava a falso para os mais de 300 milhões que vivem abaixo do limiar da pobreza. É por isso que uma das prioridades do novo governo é um plano geral para as zonas rurais/agricultura. Ver S. Nihal Singh, “Indian Election: Of Computer Mice and Men”, *YaleGlobal*, May 17, 2004; Mira Kamdar, “India Cannot Afford Rural Failure”, in *YaleGlobal*, April 20, 2007.

52 Ver Pranab Bardhan, “Globalization Hits Road Bumps in India”, *YaleGlobal*, October 3, 2006.

53 Ver Montek Singh Ahluwalia, “Understanding India’s Reform Trajectory: Past Trends and Future Challenges”, in *India Review*, 3, 3 (October 2004), pp. 269-277.

alienating», mas também é certo que «democracy without globalization will be imprudent». ⁵⁴ Encontrar o equilíbrio entre estes dois pólos é a tarefa, constante e sem fim, de qualquer governo democraticamente eleito num quadro constitucional. A Índia não foge à regra. Portanto, se o Estado indiano pode ser criticado pelos entraves que coloca à globalização, convém salientar que esse mesmo Estado conseguiu manter um sistema constitucional, democrático e judicial a funcionar. Desde 1952, realizaram-se 12 eleições nacionais e incontáveis eleições regionais. Isto só foi possível devido à acção do *India Civil Service*. ⁵⁵ A mesma estrutura burocrática/estatal é, simultaneamente, responsável pelo atraso na acumulação de *poder material* e responsável pela construção da *identidade* democrática. Na Índia, como em qualquer democracia liberal, a lentidão económica esconde a legitimidade política.

Existe corrupção? Sim. 125 dos 538 deputados estão envolvidos em processos judiciais; 98% da população acha que os seus políticos são corruptos. ⁵⁶ Há ainda problemas com os actos eleitorais? Sim. ⁵⁷ Existe o perigo da direita nacionalista ⁵⁸ e da extrema-esquerda maoísta? ⁵⁹ Sim. Mas o certo é que a identidade normativa da Índia permanece ligada à democracia e à Constituição liberal/secular. E os sinais desta identidade política são tão poderosos empiricamente como os dados da emergência económica: (1) nas últimas eleições nacionais (2004), 5398 candidatos de 220 partidos disputaram os 543 círculos eleitorais; 380 milhões de pessoas votaram (há 675 milhões de eleitores) usando 1.25 milhões de máquinas de voto electrónicas em 700 mil cabines de voto. De forma mais simples: o acto eleitoral na Índia é a actividade política organizada mais extensa da história da humanidade. ⁶⁰ (2) Os eleitores já não seguem acriticamente líderes carismáticos como a família Gandhi. ⁶¹ (3) Na imprensa, encontramos críticas constantes ao funcionamento da democracia. ⁶² (4) Como já vimos, os eleitores castigam os governos através do voto. (5) Há uma recusa consciente do naciona-

⁵⁴ Pratap Bhanu Mehta, "Lessons on Globalization from India", in *Yale Global*, June 17, 2004.

⁵⁵ Ver Ramachandra Guha, "Democracy's Biggest Gamble", in *World Policy Journal*, 19, 1 (Spring 2002), pp. 95-103.

⁵⁶ Ver "A Cancerous Growth in India's Body Politic", in *International Herald Tribune*, April 26, 2007.

⁵⁷ Ver Arvind Verma, "Policing Elections in India", in *India Review*, 4, 3-4 (July/October 2005), pp. 354-376.

⁵⁸ Ver Mira Kamdar, "The Struggle for India's Soul", in *World Policy Journal*, 19, 3 (Fall 2002), pp. 11-27.

⁵⁹ Ver Ramachandra Guha, "Holding the centre", *India Together*, March 17, 2007.

⁶⁰ Ver Pavan K. Varma, *A Índia no Século XXI*, pp. 37-81.

⁶¹ Ver Manini Chatterjee, "How the North was lost", in *The Indian Express*, February 28, 2007.

⁶² Exemplo desta attitude crítica: V. R. Krishna Iyer, "For systemic change on the democratic path", in *The Hindu*, June 22, 2007.

lismo hindu.⁶³ Se o BJP (Bharatiya Janata Party; direita nacionalista) tem como objectivo criar um estado nacionalista hindu, então, convém dizer que esse objectivo é uma impossibilidade: o indiano comum é demasiado pragmático e recusa esse tipo de regime;⁶⁴ o centro das preocupações dos indianos é o sucesso económico e não a *Hindutva* (pureza hindu) do BJP.⁶⁵ (6) Existem *checks and balances* realmente institucionalizados e não apenas no papel.⁶⁶ Estamos a falar de um país que se prepara para aumentar a sua rede judiciária com 7000 mil novos tribunais.⁶⁷ (7) A Constituição, explicitamente secular, é o chão comum para uma diversidade cultural, étnica e religiosa única no mundo; todas as comunidades e religiões têm o mesmo estatuto constitucional.⁶⁸ Este facto é resultado de uma cultura política marcada pelo pluralismo.⁶⁹ Se a América é um *melting pot*, a Índia é um *melting pot* ao quadrado. A Índia, composta por 80% de hindus, tem um primeiro-ministro sikh (Manmohan Singh), um Presidente muçulmano (Abdul Kalam; o terceiro presidente muçulmano da Índia) e a líder do partido no poder, Sonia Gandhi, é católica,⁷⁰ natural de Itália, fala inglês com sotaque ocidental e o seu *hindi* é imperfeito.⁷¹ (8) A Índia apresenta um dos mais avançados sistemas de

63 Ver Antara Dev Sen, "India's Benign Earthquake", in *openDemocracy*, May 20, 2004.

64 Ver Parsa Venkateshwar, "The end of ideology in India?", *openDemocracy*, June 10, 2004; Niraja Gopal Jayal, "A Malevolent Embrace? The BJP and Muslims in the Parliamentary Election of 2004", in *India Review*, 3, 3 (July 2004), pp. 183-209.

65 "Passing the Torch", *The Economist*, January 5th, 2006.

66 O exemplo mais simbólico: depois do massacre de Gujarat (2003), o governo/BJP pretendeu antecipar as eleições estaduais daquele estado, pensado que obteria uma vitória fácil no meio da agitação resultante dos confrontos entre hindus e muçulmanos. Mas a comissão eleitoral indiana recusou esse intento, afirmando que não existiam condições de paz social para o efeito. Mais tarde, o Supremo Tribunal apoiou a comissão, contra os intentos do BJP. Uma comissão independente e o supremo tribunal bloquearam o poder executivo e o partido do poder. Isto é, o constitucionalismo liberal estancou o nacionalismo militante/poder executivo.

67 "7,000 more courts soon for speedy delivery of justice: CJ", in *Hindustan Times*, June 18, 2007.

68 Ver Ramachandra Guha, "Patriot, not chauvinist", in *India Together*, May 12, 2007; Martha Nussbaum, "The Founder", in *The New Republic*, February 14, 2005, p. 31; Gurpreet Mahajan, "Secularism as Religious Non-Discrimination: the Universal and Particular in the Indian Context", in *India Review*, 1, 1 (January 2002), pp. 33-51.

69 Amit Chaudhuri, "Colonialized and Classicist", in *Times Literary Supplement*, August 5, 2005.

70 Amartya Sen, "Monmohan Singh", in *Time*, April 18, 2005.

71 Mais exemplos do *melting pot* indiano: George Fernandes, um jesuíta, foi ministro da defesa do governo BJP. James Michael Lyngdoh, cristão, foi presidente da comissão eleitoral indiana. Ratan Tata, o maior empresário do país, é zoroástico (adorador de Zaratrusta). Azim Wipro é um dos muçulmanos mais ricos do mundo devido à maioria que detém no gigante indiano do *software* (Wipro). O antigo presidente do supremo tribunal era muçulmano. Os indianos hindus veneram intérpretes muçulmanos de música clássica, jogadores de críquete muçulmanos e o contingente de estrelas muçulmanas de Bollywood. A

discriminação positiva (*affirmative action*) do mundo (exemplo.: 22,5% dos postos de trabalho governamentais têm de estar reservados para as castas mais baixas). E esta política de discriminação positiva é sobretudo evidente na condição das mulheres. Se podemos dizer que Nehru errou nas políticas económicas, também é verdade que Nehru acertou no que diz respeito aos direitos e protecção das mulheres.⁷² Aliás, o feminismo indiano desenvolveu-se de forma independente em relação ao feminismo ocidental,⁷³ de tal modo que Martha Nussbaum afirma que os EUA têm muito a aprender com a Índia no que diz respeito à legislação sobre a igualdade entre sexos.⁷⁴ (9) As eleições estão a corroer a tradicional hierarquia de castas. Na Constituição indiana, o *dalit* Bhimrao Ambedkar (o principal autor da Constituição indiana; o terceiro *pai fundador* da Índia moderna, ao lado de Nehru e Gandhi) impôs a igualdade de todos os indivíduos perante a lei, independentemente da casta. O voto simboliza uma mudança na milenar equação de poder indiana: as castas mais baixas (*intocáveis* ou *dalit*) têm agora um instrumento para impor a sua vontade às castas mais altas.⁷⁵ Mais: devido a medidas de discriminação positiva, há uma vaga de políticos e partidos *dalit*.⁷⁶ E, no jogo político, já ninguém pode ignorar os partidos OBC.⁷⁷ É verdade que a *identidade social* definida pela casta não desapareceu. Mas a hierarquia tradicional entrou em declínio devido à acção da *identidade política* da Índia. Hoje, uma democracia de castas compete com a sociedade de castas; a democracia trouxe algo de caótico e *horizontal* ao que sempre foi linear e *vertical*.⁷⁸ Devido a esta crescente participação das castas mais baixas, a representatividade da democracia indiana é hoje superior a qualquer período dos últimos 60 anos.⁷⁹ (10)

Índia é o segundo país muçulmano do mundo; 150 milhões de muçulmanos vivem lado a lado com a maioria hindu em relativa harmonia. O massacre de Gujarat foi a excepção que confirma a regra. A Índia tem feriados diferenciados para cristãos, sikhs, budistas, muçulmanos e hindus.

72 Ver Yasmin Khan, "India Shining", in *Prospect*, 136 (July 2007).

73 Sanjukta Ghosh, "Feminism in India", in *Demokratiya*, 9 (Summer 2007).

74 A 72.^a emenda à constituição - 1992 - estabeleceu um programa de *affirmative action* para mulheres ao nível dos conselhos municipais - *panchayats*: 33% dos lugares estão reservados para mulheres. Ver Martha C. Nussbaum, "Sex, laws, and inequality: what India can teach the United States", in *Daedalus*, 131, 1 (Winter 2002), pp. 95-106.

75 Ver Tani Bhargava and Rajeev Bhargava, "The Indian Experience", *openDemocracy*, May 12, 2006.

76 Ver Christophe Jaffrelot, "The Impact of Affirmative Action in India: More Political than Socioeconomic", in *India Review*, 5, 2 (April 2006), pp. 173-189.

77 *Other Backward Classes*: o eufemismo socialista que Nehru encontrou para descrever a realidade das castas.

78 Ver Dipankar Gupta, "Caste and Politics: Identity over System", in *Annual Review Anthropology*, 34, 1 (2005).

79 Ver Sumantra Bose, "Uttar Pradesh: India's democratic landslide", in *openDemocracy*, May 5, 2007.

A vida urbana provocada pela nova economia também contribuiu para esta erosão do sistema de castas. Nas grandes cidades, como Mumbai, a casta conta cada vez menos socialmente. Para a juventude indiana, Mumbai não representa apenas dinheiro; representa, acima de tudo, uma inédita liberdade de escolha fora do espartilho da casta.⁸⁰

Rajeev Bhargava, numa tirada que parece inspirada em Henry Nau, afirma que qualquer país «has an ethical-identity, a collective self-awareness constituted partly by values and principles to which it aspires»; e essa identidade ética, essa auto-consciência da Índia é a Constituição republicana.⁸¹

4. A Relação EUA-Índia: de Estranhos a Aliados Informais

A Índia irá emergir como poder independente, como aliado dos EUA, como parceiro da China? A opção indiana mudará profundamente a política asiática e mundial⁸² (por isso, a Índia é muitas vezes descrita como o *swing state* do sistema). Perante isto, a posição oficial dos EUA não podia ser mais clara: Washington pretende auxiliar a Índia a transformar-se num grande poder do século XXI; Washington vê na Índia um «rising global power and partner, one whose interests converge in important respects with those of the United States».⁸³ Esta posição representa uma transformação diplomática sem precedentes;⁸⁴ há uma mudança de 180 graus na perspectiva americana sobre a Índia, e vice-versa. Durante a Guerra-Fria, a Índia foi líder do Movimento dos Não-Alinhados/Bandung⁸⁵ que tendia a aproximar-se da URSS e a criticar os EUA. Depois, durante os anos 90, Washington encarou a Índia enquanto cenário de dois problemas de segurança: a proliferação nuclear e a questão de Caxemira/Paquistão. Ou seja, EUA e Índia foram, durante décadas, as *estranged democracies*.⁸⁶ A Administração Bush revolucionou esta

80 Ver Suketu Mehta, "Megacities, Mega Dreams for a Connected World", in *YaleGlobal*, June 14, 2007.

81 Rajeev Bhargava, "Words saves Lives: India, the BJP, and the Constitution", *openDemocracy*, October 2, 2002. Ver também Ainslie T. Embree, "Why It's so Important to Know About India", *Foreign Policy Research Institute, Footnotes*, vol. 11, n.º 3 (June 2006).

82 Brahma Chellaney, "India can be America's best friend", in *International Herald Tribune*, July 1, 2005.

83 "The US and India: a Growing Strategic Partnership", Bureau of Public Affairs, Washington DC, February 27, 2006.

84 Ashley J. Tellis, "Indo-US Relations Headed for a Grand Transformation?", in *YaleGlobal*, 14 July, 2005.

85 Para uma breve e recente sùmula do "espírito de Bandung", ver Hee-Yeon Cho and Kuan-Hsing Chen, "Editorial introduction: Bandung/Third Worldism", in *Inter-Asia Cultural Studies*, 6, 4 (2005), pp. 473-475.

86 A metáfora "entranged democracies" foi cunhada por Dennis Klux. Ver, por exemplo, Dennis Kux, "India's Fine Balance", in *Foreign Affairs*, 81, 3 (May/June 2003), pp. 93-106.

situação, sobretudo o Departamento de Estado do segundo mandato. Esta equipa (C. Rice, R. Zoellick, P. Zelikow, R. Burns) começaram a encarar a Índia como uma peça *activa* e não como uma fonte *passiva* de problemas.⁸⁷

Em 2006, em Nova Deli, Bush e Singh selaram a parceria com algo que não deixa dúvidas: «the successful transformation of the US-India relationship will have a decisive and positive influence on the future international system».⁸⁸ Um ano antes, durante a visita de Singh a Washington, a parceria teve o seu baptismo de fogo: os EUA aceitaram como legítimo o programa nuclear indiano.⁸⁹ Actualmente, o nível de proximidade entre EUA e Índia apresenta muitas das características de uma aliança formal.⁹⁰ Os exercícios militares conjuntos multiplicam-se; as forças americanas trabalham com as forças indianas num grau de proximidade que estava reservado para os aliados da NATO.⁹¹ Em Julho de 2007, no momento mais simbólico, o *USS Nimitz* aportou em Chennai: pela primeira vez, um porta-aviões americano atracou num porto indiano.⁹² Não é uma *aliança formal* (no sentido de um tratado assinado), mas esta parceria tem todos os ingredientes de uma aliança *de facto*.⁹³ A realidade empírica diz-nos que a Índia é, neste momento, um «informal ally»⁹⁴ dos EUA. Aliás, os responsáveis americanos afirmam constantemente que Índia e EUA são *aliados naturais*; e Nova Deli responde no mesmo tom: «the security convergence between two major democratic powers like the US and India is a natural one».⁹⁵ Resta uma pergunta: Porquê? Por que razão é tão natural esta aproximação? O que levou Washington a revolucionar a sua maneira de perceber a Índia? O que leva Nova Deli a sacudir o pó não-alinhado e a entrar numa parceria com os EUA?

87 A aproximação começou no tempo de Clinton/Vajpayee. Em Março de 2000, Clinton fez uma visita de cinco dias à Índia (a primeira de um presidente americano em 22 anos), que, em termos simbólicos, serviu para quebrar o gelo da Guerra-Fria e do teste nuclear indiano (1998). Quando Bush chegou ao poder, Índia e EUA já não eram os estranhos do passado. Ver Gautam Adhikari, “India and America: Estranged no more”, in *Current History*, 103, 672 (April 2004).

88 “US-India Joint Statement”, Office of the Press Secretary, New Delhi, March 2, 2006.

89 Para uma análise ao acordo nuclear, ver Henrique Raposo, “O Século da Índia”, in *Newsletter* 9, IDN, Fevereiro de 2006.

90 Evan S. Medeiros, “Strategic Hedging and the future of Asia-Pacific Stability”, in *The Washington Quarterly*, (Winter 2005-06), p. 150.

91 Martin Walker, “India’s Path to Greatness”, in *Wilson Quarterly*, 30, 3 (Summer 2006).

92 “Indian Nuclear Scientists to monitor USS Nimitz”, in *Hindustan Times*, July 1, 2007.

93 Ver descrição detalhada da *strategic partnership* entre EUA e Índia em K. Alan Kronstadt, “India-U.S. Relations”, CRS Issue Brief for Congress, April 6, 2006; disponível em www.fas.org.

94 Ashton B. Carter, “America’s New Strategic Partner?”, in *Foreign Affairs*, 85, 4 (July/August 2006), p. 41.

95 “Indo-Relations: an Agenda for the Future - Foreign Secretary Mr. Shyam Saran’s Address to the Heritage Foundation”, Ministry of External Affairs, March 3, 2006; disponível em <http://meaindia.nic.in>.

Os influentes Robert Blackwill e Ashley J. Tellis resumem a visão americana: a Índia é um imperativo estratégico para Washington. A Índia é o aliado natural em dois pontos: (1) terrorismo islamista e, acima de tudo, (2) China.⁹⁶ Os indianos partilham com os EUA a preocupação com o terrorismo islamita: nas duas últimas décadas, a Índia foi o país que mais sofreu com o jihadismo. Mais: a Índia tem uma forte influência no Médio Oriente.⁹⁷ Mas, atenção, a Índia não é encarada dentro da narrativa da *guerra ao terror*, mas sim num contexto com objectivos estratégicos a longo prazo,⁹⁸ ou seja, dentro da equação chinesa. Em Washington, a fórmula *Paquistão-Índia* (do tempo da Guerra-Fria e pós-Guerra-Fria) deu lugar à fórmula *China-Índia*⁹⁹ (do nosso tempo, já sem vestígios da Guerra-Fria). E tendo Pequim como pano de fundo, o objectivo estratégico americano tem duas dimensões: (a) colocar uma cunha entre China e Índia, impedindo qualquer coligação Nova Deli-Pequim; uma hipotética *Chindia* anti-americana seria o pior cenário possível para a actual ordem internacional. (b) A Índia, como parceiro da América, é essencial para que a emergência chinesa ocorra sem excessos revisionistas. Depois, ao nível do mercado global, a Índia é um factor de estabilização económica e política de uma região que representa um quarto do comércio dos EUA.¹⁰⁰ Ou seja, é na Ásia que se vai decidir (1) a estabilidade do sistema de Estados e a posição de liderança dos EUA nesse sistema e (2) a prosperidade da sociedade americana e a sustentabilidade da globalização. A Índia tornou-se essencial para esses dois objectivos americanos.

Esta estratégia *indiana*, que agora se consubstancia, já circulava há muito entre a elite americana. Em 2000, Stephen Cohen sugeria a aproximação entre Washington e Nova Deli, afirmando que, sendo uma grande potência emergente (destinada a entrar no clube da China e do Japão) e a única democracia funcional daquela região, a Índia era o aliado

96 Ver Robert D. Blackwill, "The India Imperative", *The National Interest*, 80 (Summer 2005), pp. 9-17; Ashley J. Tellis, "India as a New Global Power - na Action Agenda for the United States", Carnegie Endowment for International Peace, 2005.

97 3,5 milhões de indianos trabalham nos países do Golfo Pérsico. Bollywood é um sucesso no mundo muçulmano. Durante séculos, mesmo antes da presença portuguesa no século XV, os indianos mantiveram fortes relações comerciais com a região do Golfo. A Índia tem relações históricas com o Irão, e já acordou com Teerão a construção de um gasoduto entre o Irão e a Índia, atravessando o Paquistão. A marinha indiana aumentou a sua presença no Golfo e no mar Arábico. A Índia assegura segurança marítima no acesso ao Golfo Pérsico, no oceano Índico e no estreito de Malaca. Ver Geoffrey Kemp, "The East Moves West", in *The National Interest*, 84 (Summer 2006), pp. 71-72.

98 Ver antecipação/recomendação desta mudança de paradigma em C. Raja Mohan, "A Paradigm Shift Toward South-Asia?", in *The Washington Quarterly*, 26, 1 (Winter 2002/2003), pp. 141-155.

99 Edward Luce, *Apesar dos Deuses*, pp. 255-256.

100 Ver Lisa Curtis, "India's Expanding Role in Asia: Adapting to Rising Power Status", Backgrounder 2008, February 20, 2007, Heritage Foundation.

para a contenção da China.¹⁰¹ Em 2002, Lloyd Richardson exigiu que Washington repensasse a importância estratégica da Índia, chegando a dizer que a aliança com o Paquistão e a *guerra ao terror* eram obstáculos para a compreensão do essencial: a Índia é um grande poder democrático com a força económica/militar necessária para conter os efeitos da emergência chinesa.¹⁰² As recomendações destes académicos, como muitas vezes acontece em Washington, tiveram eco junto dos decisores políticos americanos.¹⁰³

E a Índia? Por que razão a Índia começou a perspectivar os EUA de maneira diferente? Em primeiro lugar, a economia americana é o parceiro central da economia indiana. Facto que leva políticos indianos a declarar que «the US is today very, very important, central, almost, to India's own development aspirations».¹⁰⁴ Em paralelo, as universidades americanas são a meta preferencial dos alunos indianos, e o destino mais comum para os imigrantes indianos é a Costa Oeste americana.¹⁰⁵ Mas, claro, o ponto central está relacionado com a percepção que a Índia tem da China: ao nível estratégico, Nova Deli encara a China como o seu principal problema a longo prazo, logo, faz todo o sentido o aprofundamento da relação Washington-Nova Deli.¹⁰⁶ Após a realização dos testes nucleares (1998), o Primeiro-Ministro Atal Behari Vajpayee escreveu a Bill Clinton para dizer que a China, não o Paquistão, era o principal motivo para a realização dos testes nucleares.¹⁰⁷

O orçamento militar indiano tem aumentado entre 13% a 25% ao ano desde 1998.¹⁰⁸ A marinha parece ser a prioridade de Nova Deli. Em 2010, a marinha indiana terá ao seu dispor três porta-aviões (a segunda maior frota do mundo). Objectivo? Controlar o

101 Ver Stephen P. Cohen, "India Rising", in *Washington Quarterly*, 24, 3 (Summer 2000).

102 Ver Lloyd Richardson, "Now, Play the India Card", in *Policy Review*, 115 (October/November 2002).

103 Convém frisar que esta perspectiva sobre a Índia vai continuar depois do consulado de Bush. A Índia é um ponto de consenso entre as elites republicanas/conservadoras e democratas/liberais. A forma como o Senado aprovou o acordo nuclear (88-12) é disso o exemplo cabal. Ver Bruce Riedel, "US-Indian Relations: a New Agenda for a New Era", Center of the Advanced Study of India at the University of Pennsylvania, April 19, 2007; "President Bush's Trip to South Asia: Challenges and Opportunities", A Brookings Institution Policy Briefing, February 23, 2006.

104 Shiv Shankar Menon, "US-India Relations in the Global Context", Remarks at the Carnegie Endowment for International Peace, Washington DC, February 22, 2007.

105 Ver Jaithirth Rao, "Presidents may come... they may go", in *The Indian Express*, March 13, 2007.

106 Ver Mohammed Ayoob, "India Matters", in *The Washington Quarterly*, 23, 1 (Winter 2000), pp. 27-39; Ashton B. Carter, "America's New Strategic Partner?", pp. 33-36.

107 Ver Edward Luce, *Apesar dos Deuses*, p. 269.

108 A Índia prepara-se para fazer a sua maior despesa militar de sempre: aquisição de 126 caças (americanos, suecos, franceses e russos competem entre si pelos favores da força aérea indiana). Cf. "India to float its biggest ever defence tender by month-end", in *Hindustan Times*, June 18, 2007.

oceano Índico, o *Mare Nostrum* indiano,¹⁰⁹ impedindo qualquer veleidade chinesa no Índico. É verdade que o comércio entre Índia e China está em expansão (13 bilhões de dólares em 2004). Porém, quando a animosidade política permanece activa, os laços de interdependência económica não são suficientes para garantir estabilidade e confiança política.¹¹⁰ Recorde-se que China e Índia travaram uma guerra em 1962. Este conflito deixou uma disputa fronteiriça - ainda por resolver. Mas o presente é ainda mais problemático do que o passado. Até a Ásia pode ser um frasco pequeno para dois escorpões que, no conjunto, representam 2.4 bilhões de pessoas.

Em relação à Índia, a China tem conduzido uma estratégia simultânea de (1) laços comerciais e (2) contenção geopolítica, isto é, enquanto estabelece laços económicos com a Índia, a China tem reforçado a sua ligação política e estratégica com o arqui-rival da Índia, o Paquistão. A China pretende expandir a auto-estrada Karakoram (que liga a China à costa paquistanesa) e já construiu um porto de águas profundas em Gwadar.¹¹¹ Também existem acordos navais chineses com a Birmânia e o Sri Lanka no flanco oriental da Índia. Através desta estratégia *string of pearls* (Birmânia, Sri Lanka, Paquistão) a China pretende cercar a Índia, mostrando que a China é a indiscutível senhora da Ásia. Esta pressão chinesa produziu uma contra-resposta indiana. Nova Deli iniciou a *Look East Policy*: intensificação das relações com os vizinhos chineses do Pacífico. Os indianos estabeleceram novos laços de segurança com o Japão, Vietname e Taiwan. Nova Deli também reforçou laços já existentes com a Austrália e a Nova Zelândia.¹¹² A parceria com Washington é a conclusão lógica desta *Look East Policy*. Sem o apoio de Washington «India is at risk of being boxed by Beijing's containment strategy».¹¹³ Neste sentido, basta

109 Ver Eric Margolis, "India Rules the Waves", in *US Naval Institute Proceedings*, 131, 3 (March 2005).

110 Brahma Chellaney, "Imperial China", in *Hindustan Times*, October 29, 2006.

111 Gwadar - largamente ignorado pelos ocidentais - é um dos pontos quentes de todo o sistema. Fica junto a Ormuz, por onde passa 40% do petróleo mundial. É um porto destinado à marinha chinesa (militar e comercial) e para a colocação de postos de escuta. É o ponto de chegada do corredor que liga o Golfo Pérsico-Paquistão-China. É um sinal da aproximação China - Paquistão, e da tentativa de cerco sobre os flancos indianos (acção que, naturalmente, causa inquietação em Nova Deli). Depois, a China e o Paquistão já assinaram protocolos para o desenvolvimento de um corredor energético entre Paquistão e China ao longo da Karakoram. Um *pipeline* entre a costa do Paquistão e a China significa que Pequim reduzirá a dependência chinesa em relação às rotas marítimas policiadas pelos americanos (estreito de Malaca; estreito de Taiwan). Isto põe em causa o estatuto de "nação indispensável" que os EUA pretendem manter na Ásia.

112 Ver John W. Garver, "The Security Dilemma in Sino-Indian Relations", in *India Review*, 1, 4 (October 2002), pp. 1-38.

113 Christopher Griffin, "Containment with Chinese Characteristics: Beijing Hedges against the Rise of India", *AEL, Asian Outlook*, 3 (September 2006).

referir que os exercícios navais indo-americanos, com a participação do porta-aviões indiano (*Viraat*) e de porta-aviões americanos, transformam qualquer ação chinesa no Índico em algo de menor importância dentro da correlação de forças marítimas regionais.

Ao aproximar-se dos EUA, Nova Deli altera a sua posição tradicional. Durante a Guerra-Fria, a política externa indiana foi marcada por uma retórica idealista, na linha do excepcionalismo moral indiano cunhado por Nehru: «a new star rises, a star of freedom in the East, a new hope comes into being».¹¹⁴ E esta estrela indiana, segundo Nehru, deveria manter a sua pureza e recusar contactos com o exterior. A Índia nehrunina apresentava uma política externa marcada por uma dogmática autonomia estratégica (não-alinhamento), uma retórica idealista anti-poder e tendia a encarar o mundo como palco de ameaças e não como um cenário de oportunidades.¹¹⁵ A partir dos anos 90, uma nova geração fez a sua aparição em Nova Deli, e as coisas começaram a mudar. E esta mudança geracional foi acompanhada pela subida ao poder, pela primeira vez, da direita nacionalista (BJP, em 1998). E o governo de Atal Bihari Vajpayee trouxe uma abordagem realista que rasgou, em definitivo, com o idealismo nehruniano. Vajpayee, logo após os testes nucleares de 1998, não podia ter sido mais claro: «nenhum governo responsável pode formular uma política de segurança com base em princípios abstractos, secundarizando a realidade no terreno». E se Nehru, na condução da sua política externa, recusava o Poder e apostava na *argumentação* idealista, Vajpayee salientou a importância central do Poder para a confiança da Índia, afirmando que milhões de indianos encararam os testes nucleares como um prenúncio da emergência de «strong and self-confident India».¹¹⁶ Se a Índia nehruniana recusava, *por princípio*, o armamento nuclear, a nova Índia do BJP recusou, *por princípio*, o exclusivo nuclear dos cinco grandes (China, Rússia, França, Reino Unido, EUA) e exigiu (e exige) ter acesso ao armamento nuclear.¹¹⁷ Os indianos, hoje, assumem que a força é uma realidade inultrapassável do sistema e que a retórica idealista não é substituto à altura do rápido crescimento económico.¹¹⁸ Singh mantém a noção de que a Índia tem um lugar especial no mundo,

114 Nehru, “The Noble Mansion of Free India”, in Brian MacArthur (ed.), *The Penguin Book of the Twentieth-Century Speeches*, London, Penguin, 1999, p. 239.

115 Ver James Chiriyankandath, “Realigning India: Indian Foreign Policy after the Cold-War”, in *The Round Table*, 93, 374 (Abril 2004).

116 Ver Atal Bihari Vajpayee, “We have show them that ew mean business”, in *India Today*, May 25, 1998.

117 Ver Jaswant Singh, “Against Nuclear Apartheid”, in *Foreign Affairs*, 77, 5 (September/October 1998).

118 Ver Sumit Ganguly, “India’s Foreign Policy Grows up”, in *World Policy Journal*, 20, 4 (Winter 2003-04), pp. 41-47.

mas a Índia de Singh tem algo que a Índia de Nehru não tinha: o poder para impor a sua vontade no sistema. Em suma, a Índia está a assimilar a lição n.º 1 da política internacional: «the centrality of power».¹¹⁹

Esta sede de poder poderá chocar aqueles que ainda vêem a Índia através dos velhos mitos orientalistas; os mitos que pintam os indianos como seres espirituais e sem interesse por coisas materiais (riqueza, poder). Ora, como salienta Pavan K. Varma, os indianos, na verdade, adoram poder, bens materiais e *status*; ao contrário do que reza o mito (ocidentais = materialidade *vs.* indianos = espiritualidade), os indianos têm uma visão ultra-pragmática do mundo.¹²⁰ Um exemplo: a diplomacia indiana é obcecada com o estatuto especial que é - supostamente - devido à Índia; a grandeza e o orgulho nacionais são temas centrais da psique indiana.¹²¹ Neste sentido, uma comissão parlamentar traçou o objectivo da Índia do século XXI: a Índia tem de estar entre os países mais desenvolvidos em 2020.¹²² E este ponto é essencial para percebermos a mudança de perspectiva indiana sobre os EUA. Vejamos.

O desenvolvimento económico gerado pelo capitalismo, ao contrário do que prega o optimismo liberal, não cria harmonia entre os Estados. Cria, isso sim, *Poder* para cada um dos Estados. E esse Poder reforça a capacidade de Estado X ou Y para actuar *ofensivamente* no sistema inter-estatal. A globalização, ao invés do que dizem liberais¹²³ e marxistas¹²⁴ ocidentais, não está a retirar poder aos Estados.¹²⁵ Pelo contrário. O Estado indiano, por exemplo, nunca possuiu tanto poder (quer internamente, quer externamente) como agora. A entrada na globalização dotou a Índia de uma capacidade material inusitada para reforçar o projecto político do Estado-Nação indiano.¹²⁶ Mais: o sucesso capitalista tem sido fundamental para a elevação da confiança dos indianos enquanto nação.¹²⁷

119 C. Raja Moha, "Big Deal. Big Heat?", in *The Indian Express*, July 24, 2007.

120 Este é o argumento central de Pavan K. Varma, *A Índia no Século XXI*, Lisboa, Editorial Presença, 2006.

121 Ver Edward Luce, *Apesar dos Deuses*, pp. 279-289.

122 Cf. S. P. Gupta, "Report of the committee on India 2020", New Delhi, Planning Commission, Government of India, (December 2002).

123 Ex.: Joseph Nye, *The Paradox of American Power*, New York, Oxford University Press, 2002.

124 Ex.: Antonio Negri e Michael Hardt, *Império*, Lisboa, Livros do Brasil, 2004 [2000].

125 Ver defesa deste argumento em Martin Wolf, "Will the Nation-State Survive Globalization?", in *Foreign Affairs*, (January/February 2001), pp. 178-190.

126 Ver Baldev Raj Nayar, "Globalization and India's National Autonomy", in *Commonwealth & Comparative Politics*, 41, 2 (July 2003), pp. 1-3; Baldev Raj Nayar, "India's Globalization: Evaluating the Economic Consequences", Washington, *Policy Studies #22*, East - West Center, 2006.

127 Ver Devesh Kapur, "The Causes and Consequences of India's IT Boom", in *India Review*, 1, 2 (April 2002), pp. 91-110.

Por outras palavras, o socialismo gerou fraqueza estrutural e descrença. O capitalismo (pós-1991) está a gerar poder e confiança. A visão clássica indiana (não-alinhamento) estava baseada na presunção de fraqueza. Hoje – e é essa a novidade – começa a haver uma presunção de força. E com a força acaba-se o luxo do não-alinhamento. A velha Índia via-se como vítima de uma ordem internacional que não controlava. A nova Índia está a desenvolver a mentalidade de uma potência com o poder para alterar a ordem internacional em seu benefício.¹²⁸ No passado, um porta-aviões americano num porto indiano significaria (a) traição à soberania e (b) deslealdade em relação aos princípios do movimento não-alinhado. Hoje, sendo um poder nuclear, uma força marítima de registo e uma economia pujante, a Índia começa a encarar o mundo de outra forma e o *USS Nimitz* pôde aportar em Chennai sem grandes percalços. Nova Deli já não vê em Washington um obstáculo à consumação da Índia enquanto potência regional e global.¹²⁹

Mas esta mudança de perspectiva sobre a América não se prende apenas com esta nova confiança derivada do *poder*. Também houve uma alteração de fundo ao nível da *identidade* externa da Índia. Apesar de ser uma democracia desde a fundação, a Índia nunca colocou a democracia no centro na sua política externa. O seu idealismo não estava ligado à liberdade e à democracia, mas sim à solidariedade entre os povos colonizados pelos ocidentais. Hoje – e esta é a mudança – a Índia está a substituir a identidade terceiro-mundista por uma identidade liberal; Nova Deli já não é líder do espírito de Bandung¹³⁰ (essa *glória* pertence agora à Venezuela). Singh é o primeiro PM indiano a sublinhar a relevância da sociedade aberta indiana para o mundo. Um exemplo desta mudança é a «US-India Global Democracy Initiative».¹³¹ Esta iniciativa representa uma demarcação em relação à tradicional divisão *Norte-Sul* (divisão económica e pós-colonial do mundo) que sempre marcou a posição não-alinhada indiana, e uma aposta na divisão do mundo por regimes políticos (democracias *vs.* autoritarismos). Esta iniciativa é revolucionária em Nova Deli. A nova Índia tem a sua identidade assente

128 Ver C. Raja Mohan, “Hypocrisy is an N-letter word”, in *Indian Express*, July 2, 2007.

129 Um exemplo: durante as operações de salvamento das vítimas do Tsunami (2004), a marinha indiana e a marinha americana operaram juntas no Oceano Índico e no *backyard* indiano (ex: Sri Lanka). No passado, esta presença de forças americanas provocaria a ira junto da elite diplomática/política indiana. Em 2004, essa presença foi encarada como necessária e benigna. Cf. Sumit Ganguly, “America and India at the turning point”, in *Current History*, 104, 686 (March 2005), p. 124.

130 Ver C. Raja Mohan, “Balancing Interests and Values: India’s Struggle with Democracy Promotion”, in *The Washington Quarterly*, 30, 3 (Summer 2007), pp. 99-115; “Happy ending?”, *The Economist*, March 17, 2005, p. 59.

131 “US-India Global Democracy Initiative”, US Department of State, Washington DC, July 18, 2005.

no liberalismo económico (defesa da globalização) e no liberalismo político (defesa da democracia liberal como único regime legítimo). Para Singh, a *ideia de Índia*

*«it is the idea of an inclusive, open, multi-cultural, multi-ethnic, multi-linguistic society. I believe that this is the dominant trend of the political evolution of all societies in the 21st century. Therefore, we have an obligation to history and mankind to show that pluralism works. India must show that democracy can deliver development and empower the marginalized. Liberal democracy is the natural order of political organization in today's world. All alternative systems, authoritarian and majoritarian in varying degrees, are an aberration».*¹³²

Singh não só identifica a Índia com a democracia liberal (política interna) como afirma que a Índia é essencial para o triunfo da democracia liberal no mundo (política externa). No que diz respeito à economia, Singh afirma que a integração da Índia na globalização e na economia americana é um dado fundamental para a prosperidade do povo indiano.¹³³ No passado, a Índia socialista recusaria qualquer integração com os EUA. Hoje, essa integração é o centro da economia indiana.

5. As Sociedades na Vanguarda dos Estados

A relação estratégica entre os dois *Estados* não explica tudo. A aproximação entre Índia e EUA também está relacionada com a familiaridade entre as *sociedades*. De facto, a diáspora¹³⁴ indiana a residir na América tem sido determinante no estabelecimento de pontes entre os dois países. Estamos a falar de mais de 2 milhões de *Indian-Americans*

132 "PM's Speech at India Today Conclave", New Delhi, February 25, 2005; disponível em <http://pmindia.nic.in>.

133 Ver Manmohan Singh, "Russell C. Leffingwell Lecture with Manmohan Singh", Council on Foreign Relations, New York, September 24, 2004.

134 No seu conjunto, a diáspora é composta por 25 milhões de indianos a trabalhar em 110 países (a segunda maior do mundo; só suplantada pela chinesa). A grandeza económica/cultural desta diáspora fala por si (foi recentemente criado um ministério especial para os imigrantes: *Ministry of Overseas Indian Affairs*). E, para os indianos, o estatuto de Grande Poder da Índia está ligado às contribuições desta diáspora económica/científica/académica-intelectual/cultural. Numa época de interdependência, uma diáspora de 25 milhões de pessoas (que atinge sempre as elites dos países onde se instala) representa uma mais-valia digna de registo. Ver "PM's inaugural speech at Pravasi Bharatiya", Mumbai, January 7, 2005; Parag Khanna, "Bollystan: India's Diasporic Diplomacy", in *India as a New Global Leader*, London, The Foreign Policy Centre, 2005, pp. 16-26.

(200 mil são milionários) que começam a ser uma poderosa marca no quotidiano americano, sobretudo na Costa Oeste (LA, Silicone Valley, Seattle).¹³⁵ Os indianos formam menos de 1% da população americana, mas representam 26% de novas empresas fundadas por imigrantes.¹³⁶ Esta comunidade indiana já é a comunidade mais rica dos EUA, suplantando, neste ponto, a comunidade judaica. E os indo-americanos foram essenciais em dois aspectos: (1) na Índia, foram decisivos para a mudança das políticas económicas¹³⁷ que conduziram a economia indiana para um caminho mais *americano*, isto é, liberal; (2) nos EUA, a diáspora foi fundamental para a transformação da atitude do Congresso americano em relação à Índia (de indiferença/hostilidade do passado para a actual defesa da aproximação).¹³⁸

Está assim criado um cenário¹³⁹ para o desenvolvimento de uma identidade partilhada entre americanos e indianos. E esta identidade partilhada tem o potencial para ser reforçada no futuro. É que a proximidade entre as duas sociedades (nível pré-político;

135 Ver Abid Hussain and Richard F. Celeste (coord.), *India - US Relations: A Vision for the Future*, Pacific Council on International Policy, Observer Research Foundation, June 2005.

136 Ver Primit Pal Chaudhuri, "The Indian Advantage", in *Hindustan Times*, February 19, 2007.

137 Ver Devesh Kapur, "Ideas and Economic Reforms in India: The Role of International Migration and the Indian Diaspora", in *India Review*, 3, 4 (October 2004), pp. 364-384.

138 Ver Arthur G. Rubinoff, "Diaspora as a Factor in US-India Relations", in *Asian Affairs: an American Review*, 32, 3 (Fall 2005), pp. 169-187.

139 Exemplos desta crescente aproximação: 65 mil americanos já vivem permanentemente na Índia; pais americanos descobrem que a forma mais barata de preparar os seus filhos para o sucesso escolar é através da contratação de explicadores indianos pela internet; advogados indianos aconselham legalmente cidadãos americanos sobre as leis americanas via internet; jornalistas indianos trabalham para jornais americanos via internet (*media outsourcing*); cidadãos americanos viajam até à Índia para se submeterem a intervenções cirúrgicas a preços baixíssimos; milhares de estudantes indianos (na ordem dos 70 mil) frequentam as universidades americanas; centenas de intelectuais indianos preenchem os quadros de docência das universidades americanas; 12% dos cientistas nas faculdades americanas são indianos; 36% dos matemáticos da NASA são indianos; no campo da política externa, existe uma forte comunidade de intelectuais indianos ou de origem indiana (Zakaria, Tellis, Lal, Bhagwati, Sen, D'Sousa, etc.) com enorme prestígio; há um congressista indo-americano eleito em 2004 - Piyush Jindal. Bobby Jindal, filho de imigrantes indianos, conquistou a candidatura republicana para governador da Louisiana; o interesse pela Índia disparou exponencialmente na academia e no debate público *tout court*; figuras de topo do meio académico e intelectual americano já têm a Índia como objecto de estudo - Martha C. Nussbaum é o exemplo paradigmático da moda indiana. Ver Scott Kraft, "Calling India", in *LA Times*, May 6, 2007; Edward Wasserman, "Outsourcing the news business overseas", in *Miami Herald*, May 28, 2007; Ashutosh Sheshabalaya, *Made in India*, p. 200; Arthur G. Rubinoff, "Diaspora as a Factor in US-India Relations", in *Asian Affairs: an American Review*, 32, 3 (Fall 2005), pp. 169-187; Martha C. Nussbaum, "Fears of Democracy", in *The Chronicle of Higher Education*, 53, 37 (May 18, 2007); Sumit Ganguly and Alyssa Ayres, "Introduction: the State of India Studies in the United States, 2006", in *India Review*, 5, 1 (January 2006), pp. 1-13.

contactos pessoais) é superior à proximidade entre os dois Estados (nível político; contactos oficiais). A missão diplomática americana em Nova Deli só é suplantada por Bagdad e pela Cidade do México.¹⁴⁰ Por ano, são emitidos 800 mil vistos para indianos entrarem nos EUA (o número mais elevado a seguir ao México); no último ano, os consulados indianos nos EUA passaram um milhão de vistos para cidadãos americanos entrarem na Índia (um aumento de 400%). E, como salienta Primit Pal Chaudhuri, no momento em que o anti-americanismo cresce um pouco por todo o lado, o pró-americanismo indiano cresceu de 54% para 71% (entre 2002 e 2005). Para 70% dos jovens indianos, a América é o país de eleição. Recorde-se que 500 milhões de indianos têm menos de 25 anos. Esta geração – que chegará ao poder – não tem qualquer ligação com as políticas, internas e externas, do tempo da Guerra-Fria (socialismo; não-alinhamento; anti-americanismo) e é uma geração que vive marcada pelo sucesso da diáspora indiana nos EUA e por este novo clima de aproximação entre os dois países.¹⁴¹

6. Sistema Pós-Atlântico

A relação Índia-EUA deve evoluir para uma aliança formal ou deve permanecer uma mera parceria?¹⁴² A Índia vai ser uma França asiática ou um novo Japão?¹⁴³ As perguntas são pertinentes mas secundárias. Independentemente do rótulo, o ponto central é o seguinte: a Índia é uma prioridade absoluta para Washington. Apesar dos potenciais obstáculos,¹⁴⁴ Nova Deli consumirá grande parte do capital político-diplomático

140 Cf. Chidanand Rajghatta, “The Visa Thing”, in *The Times of India*, February 3, 2007.

141 Ver Primit Pal Chaudhuri, *AsiaSource Interview*, May 10, 2007.

142 A questão normativa que anima Teresita C. Schaffer, “Building a New Partnership with India”, in *The Washington Quarterly*, 25, 2 (Spring 2002), p. 32.

143 A questão analítica que anima “President Bush’s Trip to South Asia: Challenges and Opportunities”, A Brookings Institution Policy Briefing, February 23, 2006, p. 49.

144 A relação EUA - Paquistão (que incomoda a Índia) e a relação Índia - Irão (que inquieta os EUA) são os obstáculos principais. Mas, mesmo assim, existem sinais positivos. Um dos efeitos paradoxais do 9/11 foi a aproximação entre Nova Deli e Islamabad. O extremismo islamista começou a preocupar o Paquistão, e sob pressão dos EUA, Islamabad foi forçada a reconhecer que os jihadistas da Caxemira eram, de facto, terroristas. Em Março de 2007, deu-se a primeira reunião do mecanismo indo-paquistanês anti-terrorismo. Sobre o Irão, EUA e Índia têm posições distintas. Mas o Irão poderá ser uma oportunidade para esta emergente parceria indo-americana. Na Índia, a América poderá encontrar o apoio diplomático adequado para lidar com Teerão. A Índia tem relações milenares com a Pérsia. A Índia vai construir um gasoduto entre Irão e Índia. Mais: a Índia pretende ter influência político-diplomática no Afeganistão e na Ásia Central, vendo no Irão uma porta de acesso a essa região. A Índia tem o potencial

dos EUA. E é bom frisar que Washington foi ao encontro das exigências da Índia, e não o inverso. A América precisa da Índia, e a Índia sabe disso.¹⁴⁵ Apesar das fortes críticas dos defensores do actual *status quo* nuclear (quer ao nível político,¹⁴⁶ quer ao nível da imprensa de referência),¹⁴⁷ Bush «concordou com tudo o que a Índia desejava». ¹⁴⁸ Condoleezza Rice salienta precisamente o capital estratégico que os EUA empregaram na Índia quando aceitaram o programa nuclear indiano:

«Looking back decades from now, we will recognize this moment as the time when America invested the strategic capital needed to recast its relationship with India».¹⁴⁹

Estamos perante uma mudança de fundo na política externa americana e, por arrastamento, na política internacional. Quando convidou Richard A. Boucher para Secretário-Adjunto para o Sudeste Asiático, Condoleezza Rice fez questão de dizer que este era o cargo mais aliciante de todo o departamento.¹⁵⁰ Aliciante porque a Índia é o dado novo que é preciso acrescentar à equação de 1945-1949. No final do século XIX, perante uma China imperial já enfraquecida foi preciso formar uma coligação ocidental para vergar os chineses (boxers).¹⁵¹ Os americanos fizeram parte dessa coligação. Hoje, uma coligação transatlântica não é suficiente para controlar a China. Os EUA precisam de aliados asiáticos para *gerir* a emergência chinesa. Precisam do *regresso* do Japão.¹⁵² Mas - e este é um ponto central - precisam de aliados *além* dos tradicionais aliados de 1945-49 (europeus e japoneses). Neste sentido, os indianos já são tão importantes como

para servir de intermediário entre o Irão e a restante comunidade internacional. Sobre Irão - Índia, ver C. Christine Fair, "India and Iran: New Delhi's Balancing Act", in *The Washington Quarterly*, 30, 3 (Summer 2007), pp. 145-159. Sobre Índia - Paquistão, ver V. R. Raghavan, "The Double-Edged Effect in South Asia", in *The Washington Quarterly*, 27, 4 (Autumn 2004), pp. 147-155; Ramachandra Guha, "Opening a Window in Kashmir", in *World Policy Journal*, 21, 3 (Fall 2004), p. 92; Manoj Joshi, "Terror's Twisted Turn", in *Hindustan Times*, February 21, 2007; Stephen P. Cohen, "India, Pakistan and Kashmir", in *Journal of Strategic Studies*, 25, 4 (December 2002), pp. 57-58.

145 Eduard Luce, *AsiaSource Interview*, January 18, 2007.

146 Ver Strobe Talbott, "Godd day for India, Bad day for Non-Proliferation", in *YaleGlobal*, July 21, 2005.

147 Ver "Bend them, break them", *The Economist*, October 22nd, 2005, p. 16.

148 Edward Luce, *Apesar dos Deuses*, p. 276.

149 Condoleezza Rice, "Our Opportunity with India", in *Washington Post*, March 13, 2006, A15.

150 Ver Richard A. Boucher, "The US - India Friendship: Where We Were and Where We're Going", Remarks at the Confederation of Indian Industries, New Delhi, India, April 7, 2006.

151 Ver A.J.P. Taylor, *The Struggle for Mastery of Europe, 1848-1918*, Oxford, Oxford University Press, 1977 [1954], p. 392.

152 Ver Henrique Raposo, "O Regresso do Japão: o mundo Trans-Pacífico eclipsa o mundo Trans-Atlântico?", IPRI, *Occasional Paper* 12, Outubro de 2006.

os europeus e os japoneses no mapa de parcerias americano. Isto é evidente no discurso e *praxis* política e na comunidade de especialistas/académicos. Richard Burns (sub-secretário para assuntos políticos), um homem essencial nesta parceria, é taxativo: «India will be one of two or three most important partners in the world».¹⁵³ O influente Thomas Donnelly, do *American Enterprise Institute*, também não tem dúvidas: a Índia «can stand with Great Britain and Japan as America's closest great-power partners in the front ranks of the free world».¹⁵⁴ Estas declarações apontam para uma parceria que, por ser tão revolucionária, é ainda descrita como *inimaginável*.¹⁵⁵ E o facto é que esta inimaginável parceria indicia duas mudanças de fundo na política internacional.

(1) Este artigo começou com a constatação de uma evidência empírica: existe um desvio do centro de gravidade do Atlântico para o Pacífico. Ora, essa evidência precisa de ser refinada, precisa de maior sofisticação analítica. Em primeiro lugar, há que resistir à tentação de considerar o espaço atlântico como irrelevante. Os europeus não vão, simplesmente, passar de uma absoluta centralidade para um papel absolutamente secundário. Até porque, apesar do sucesso económico, Índia e China têm sérios problemas estruturais que continuarão a atrasar a sua evolução.¹⁵⁶ Caminhamos para uma situação de equilíbrio entre espaço atlântico e potências asiáticas e não para uma situação de domínio absoluto dos asiáticos. É tentador proclamar que em 2020 «we will all know that we have been living in an “Americasian” century».¹⁵⁷ Sim, o mundo transpacífico (EUA-Estados asiáticos) está a adquirir protagonismo, mas está *apenas* a equilibrar a balança com o mundo transatlântico (EUA-Estados europeus). A América, por enquanto, ainda tem um pé no Atlântico.

Em segundo lugar, há que oferecer real significado político a uma expressão que é apolítica. Qual é o efectivo significado político de *desvio do centro de gravidade*? Os centros de gravidade, até prova em contrário, não têm capitais, exércitos, ou diplomatas.

153 Nicholas Burns, “US-India Relations in the Global Context”, Remarks at the Carnegie Endowment for International Peace, Washington DC, February 22, 2007.

154 Thomas Donnelly and Melissa Wisner, “A Global Partnership between – The U.S. and India”, American Enterprise Institute, Asian Outlook, September 7, 2005, pp. 4 e 6.

155 Cf. Annpurna Nautiyal, “Current Trends in India-US Relations: Hopes for a Secure Future”, in *Strategic Insights*, V, 4 (April 2006).

156 Ver Pranab Bardhan, “Crouching Tiger, Lumbering Elephant? The Rise of China and India in a Comparative Economic Perspective”, in *Brown Journal of World Affairs*, XIII, 1 (Fall/Winter 2006), pp. 57-58.

157 Varun Sahni, “India and the Asian Security Architecture”, in *Current History*, 105, 690 (April 2006), p. 163.

Quando dizemos que há um desvio no centro de gravidade estamos a juntar na mesma estrutura anónima todas as economias asiáticas. Esta fórmula *PIB chinês + PIB indiano + PIB japonês + PIB de demais tigres e dragões asiáticos*, claro, cria um centro de gravidade. O problema é que esta fórmula não existe na realidade. É uma ficção económica/estrutural que nós inventamos para simplificar uma realidade política complexa e plural. As diversas economias estruturais emergentes não se fundem num único depositário dessa riqueza, num único centro de gravidade. Vários actores políticos (China, Japão, Índia, etc.) não podem ser remetidos para um conceito anónimo que mistura geografia e economia (*Ásia, Pacífico, Chindia*). Em suma, não há *um* eixo de gravidade, mas sim uma pluralidade de centros de poder: «power is draining away from the US to *multiple centers* as countries from Brazil to China move beyond “emerging” market status to establish themselves as major players on the world scene» [itálico nosso].¹⁵⁸ Quando nos refugiamos num abstracto, parcimonioso e anónimo centro gravitacional, estamos na verdade a fugir do facto político essencial do novo tempo: a existência de vários actores políticos não-ocidentais com poder para impor a sua vontade,¹⁵⁹ ou seja, M. Singh, S. Abe, Lula da Silva, H. Jintao têm tanto ou mais poder do que Blair, Merkel ou Sarkozy. Ao longo dos últimos séculos, os asiáticos foram um *objecto* passivo do poder ocidental e não um *sujeito* activo; foram um cenário para a acção de outrem, e não actores com poder de iniciativa. Hoje, os Estados asiáticos recuperam o estatuto de *sujeito* e de *actor*.¹⁶⁰ No início do século XXI, os asiáticos podem impor a sua vontade ao Ocidente ou, no mínimo, podem negociar de igual para igual com os ocidentais.

Já são comuns as comparações entre a emergência da Índia e da China com a emergência da Alemanha (século XIX) e dos EUA (século XX).¹⁶¹ Mas estas comparações, apesar de pertinentes, ficam ainda aquém da realidade. A ascensão da China e da Índia é ainda mais significativa do que a ascensão da Alemanha e dos EUA. A Alemanha

158 Nathan Gardels, “America No Longer Owns Globalization”, in *New Perspectives Quarterly*, 24, 2 (Spring 2007).

159 Convém acrescentar que o acréscimo de *hard power* vem acompanhado por um reforço do *soft power* dos poderes/culturas não-ocidentais. Fenómenos como Bollywood (800 filmes por ano) e al-Jazeera revelam que o mundo não se *representará* apenas pela visão eurocêntrica. Também o Irão acaba de lançar uma TV global, destinada a combater a hegemonia ocidental no mercado dos *media* mundial. Ver Mark Leonard, “The Geopolitics of 2026”, in *The World in 2006*, London, The Economist, 2005, p. 24; “Irão inaugura canal internacional de notícias”, in *Público - P2*, 3 de Julho, 2007.

160 Ashley J. Tellis, “Smoke, Fire, and What to Do in Asia”, in *Policy Review*, 100, (April/March 2000).

161 Um dos textos fundadores desta percepção foi certamente *Mapping the Global Future*, Report of the National Intelligence Council’s 2020 Project, December 2004.

emergiu enquanto potência europeia dentro do concerto europeu do século XIX. Os EUA emergiram enquanto elemento do Ocidente. Hoje, a ascensão dos novos poderes processa-se fora desta esfera europeia/ocidental. E esta é a novidade histórica: o Ocidente perdeu o monopólio dos Grandes Poderes. Como salientou o historiador britânico John Darwin, a «grande divergência» ao nível do poder económico entre o espaço euro-atlântico e os poderes asiáticos (construída sobretudo nos séculos XIX e XX) está a dar lugar a uma «grande convergência»¹⁶² que restaurará o antigo equilíbrio entre ocidentais e asiáticos que existiu até, *grosso modo*, 1750. O *gap* entre asiáticos e ocidentais está a diminuir a passos largos.¹⁶³ Como já afirmámos, o peso asiático não vai simplesmente esmagar o Ocidente. Mas o fundamental aqui não é isso. O facto fundamental é que os ocidentais estão a perder a centralidade que ostentaram nos últimos séculos. A novidade é que o «peso do Ocidente só pode diminuir».¹⁶⁴ A novidade é que o crescimento da Índia e da China encurta o espaço de manobra de europeus e americanos. A novidade é a convergência, o equilíbrio entre o mundo transpácífico e o mundo transatlântico, a perda de *poder relativo* do Atlântico Norte. No fundo, a novidade é que «acabou simplesmente a Era em que o homem branco – uma pequena minoria no planeta – podia viver dos proventos da sua superioridade científica e tecnológica, industrial e militar».¹⁶⁵

(2) Mas há outra novidade, talvez ainda mais marcante. Outrora um (quase) monopólio do Atlântico Norte, o regime constitucional (democracia liberal) que detém a legitimidade da ordem internacional liberal é hoje uma realidade plural e global. Índia, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Brasil, África do Sul, Israel, eis democracias liberais fora da esfera do Atlântico Norte. No início do século XXI, os ocidentais são obrigados a partilhar com não-ocidentais a legitimidade que advém da democracia liberal. Ou seja, além de ter perdido a centralidade em termos de poder, o Atlântico Norte também perdeu o monopólio da legitimidade normativa. Temos assim a (1) ascensão estrutural de grandes poderes não-ocidentais, (2) uma pluralidade de democracias liberais não-ocidentais e (3) grandes poderes não-ocidentais que são, ao mesmo tempo, grandes democracias liberais (Índia, Japão, África do Sul, Brasil). Nesta pluralidade de poder,

162 Ver John Darwin, *After Tamerlane*, London, Allen Lane, 2007, p. 504.

163 Ver Clyde Prestowitz, “The Great Reverse – Part I”, in *YaleGlobal*, September 2, 2004.

164 Federico Rampini, *China e Índia, as duas grandes potências emergentes*, Lisboa, Editorial Presença, 2007, p. 90.

165 *Ibid.*, p. 22.

neste pluralismo de legitimidade democrática, a Europa/Atlântico perde a velha centralidade que exibiu nos últimos séculos. O Atlântico Norte é *só mais um* espaço e não o espaço central.

Seguindo apenas a lógica económica/estrutural/desvio do centro de gravidade, Ashutosh Sheshabalaya afirma que a Índia ameaça a auto-imagem do Ocidente enquanto *centro do mundo*.¹⁶⁶ Sheshabalaya tem razão? Não. A Índia, de facto, ameaça a auto-imagem do Ocidente, mas não ameaça uma vaga ideia de *centro do mundo*. A ameaça da Índia é mais específica. A Índia ameaça a auto-imagem do Ocidente enquanto centro do mundo democrático e liberal, enquanto centro do chamado *mundo livre*. Porque o que é realmente inédito em 2007 é este conjunto de democracias liberais consolidadas em espaços não-atlânticos, sendo a Índia o símbolo máximo dessa realidade. Pensar numa comunidade de democracias em 1949 significava pensar apenas no Atlântico Norte. Hoje, semelhante exercício implica alargar o leque geográfico a fim de incluir países como a Brasil, Japão ou Índia. Ou seja, para os EUA, Abe ou Singh – que têm tanto ou mais poder que Blair e Merkel – são aliados democráticos tão importantes como Blair ou Merkel.

Potências emergentes sempre existiram e, como já salientámos, a emergência dos asiáticos é apenas o *regresso* à normalidade histórica. O que nunca existiu, o que não tem precedente histórico é esta partilha do mesmo regime político – democracia liberal – entre Estados do Atlântico e Estados do Pacífico e Índico. Mais do que um desafio ao nível da variável poder/economia, a Índia representa uma ruptura epistemológica ao nível da variável identidade/legitimidade. Seria mais cómodo vislumbrar apenas o tal desvio de poder económico e tecnológico; os ocidentais poderiam assim dizer que estavam de facto a perder poder, mas que continuavam a ter o monopólio da identidade/legitimidade demo-liberal. Mas não é assim. A Índia tem *poder*, mas também tem *legitimidade*. Como salienta Sunil Khilnani,

«India's place in the world will ultimately depend on something more than economic growth: its ability to nurture internal diversity and pluralism through the structures of liberal constitutional democracy. From the first, economics, stems power; from the stems legitimacy».¹⁶⁷

166 Ashutosh Sheshabalaya, *Made in India*, p. 17.

167 Sunil Khilnani, "Índia as a Bridging Power", in *India as a New Global Leader*, London, The Foreign Policy Centre, 2005, p. 12.

A Índia tem tanta legitimidade democrática e liberal como qualquer democracia ocidental. A reviravolta de 180° que a Índia provoca no olhar que lançamos sobre a política internacional não advém da emergência material. Advém, isso sim, da constatação de que «o mundo ocidental não tem qualquer direito de propriedade sobre as ideias democráticas».¹⁶⁸

Singh, num discurso típico da confiança que anima políticos e intelectuais indianos, afirma que «there is no doubt that the 21st is going to be an Indian century».¹⁶⁹ Não sabemos se Singh tem ou não razão. Somos cientistas políticos e não cartomantes da parcimónia. Não sabemos se a Índia será ou não a potência hegemónica no final do século XXI. Mas sabemos uma coisa: no início do século XXI, a Índia já nos obriga a alterar radicalmente as nossas perspectivas analíticas. Sentimos essa mudança de perspectiva quando olhamos para o sistema com a *lente* do poder. E sentimos uma alteração ainda maior quando usamos a *lente* da identidade/legitimidade. Estamos num mundo pós-atlântico, quer em termos de poder estrutural, quer em termos de identidade normativa. Ainda não é um mundo transpácífico (não há ainda a centralidade transpácífica), mas é, com certeza, um mundo pós-atlântico (já não há a centralidade atlântica e europeia). Há dez anos, Kissinger e Donald Kagan nem sequer consideravam a Índia como um Grande Poder. Hoje, não só somos obrigados a considerar a Índia como um dos cinco grandes poderes (num imaginário concerto à escala global),¹⁷⁰ como também somos forçados a colocar a Índia como membro de pleno direito de uma liga de democracias global.¹⁷¹ Porque, de facto, é insuficiente dizer que a Índia é um poder emergente. A Índia é, isso sim, «a rising democratic power».¹⁷² Um Grande Poder que é também uma Democracia Liberal.

Lee Kwan Yew afirmou que China e Índia «will shake the world».¹⁷³ Certo. Mas agitam o mundo de maneira diferente. A China agita *apenas* o equilíbrio de poder do sistema de estados e a correlação de forças da economia mundial. A Índia, além de agitar o sistema e a economia, também agita a composição da comunidade de demo-

168 Amartya Sen, *Identidade e Violência*, Lisboa, Tinta-da-China, 2007, p. 89.

169 Ver “PM’s inaugural speech at Pravasi Bharatiya”, Mumbai, January 7, 2005.

170 Como faz Richard Haass. Ver Richard Haass, *Opportunity, America’s Moment to Alter History Course*, New York, PublicAffairs, 2005.

171 Como fazem as duplas Ikenberry/Slaugther e Daalder/Lindsay. Ver Ivo Daalder & James Lindsay, “Democracies of the World, Unite”, in *American Interest*, 2, 3 (January-February 2007); John Ikenberry and Anne-Marie Slaugther, Princeton Project on National Security, *Forging a World Under Liberty and Law: US National Security in the 21st Century* (September 2006), p. 26.

172 Condoleezza Rice, “Our Opportunity with India”, in *Washington Post*, March 13, 2006, A15.

cracias, o cerne da identidade ocidental. A economia capitalista (partilhada por China e Índia) cria poder. A democracia liberal cria legitimidade (apenas a Índia a possui). Se a Índia – como já vimos – não pode acompanhar a performance *estrutural* da China, pode, no entanto, fazer valer a sua *identidade/legitimidade* política a fim de reforçar laços estratégicos com os EUA¹⁷⁴ e demais democracias asiáticas (Japão, Austrália, etc.). Por isso, ao invés de Pequim, Nova Deli encara Washington como um potenciador do poder indiano no sistema.¹⁷⁵ Washington é um *filtro* que amplifica o poder indiano. Ao invés de russos e chineses, os indianos têm acesso a esse filtro americano (tal como europeus e japoneses). Um Grande Poder não é apenas um PIB emergente. Um Grande Poder é também aquele que transforma o seu poder em legitimidade.

7. Considerações Finais

Por que razão Índia e EUA se aproximaram? Ao nível da identidade, os dois Estados partilham o apreço pelo liberalismo político e pelo liberalismo económico. Depois, ao nível das relações de poder, a preocupação com a China é partilhada por Washington e Nova Deli. A coordenação entre as duas maiores democracias liberais do mundo é um elemento central para que a emergência da China ocorra de forma previsível e sem excessos revisionistas anti-liberais e anti-democráticos. Como salientou o poderoso Robert Zoellick, os EUA estão a gerir a ascensão pouco transparente da China «by enhancing its relations with countries in the region, including, Australia, India and Japan». E Zoellick não podia ser mais claro em relação à utilidade da Índia: «India is a more striking example»: «these guys read history; they understand realpolitik».¹⁷⁶ Em suma, há uma «convergence of interests»,¹⁷⁷ mas também há uma convergência de identidades entre EUA e Índia.

A parceria Washington-Nova Deli indicia alguma mudança de fundo na política internacional? Sim. O mundo pós-pós-Guerra Fria, o nosso, é um mundo pós-atlântico, quer

173 Ver Kaushik Basu, “Lee Kwan Yew’s India Rethink”, BBC World News, April, 25, 2005.

174 Ver Dinshaw Mistry, “A Theoretical and Empirical Assessment of India as an Emerging World Power”, pp. 64-87.

175 Ver Stephen P. Cohen, “President George W. Bush’s Visit to India and Pakistan”, The Brookings Institution, February 23, 2006.

176 Ver Joel Brinkley, “in new tone, Rice voices frustration with China”, in *New York Times*, August 20, 2005.

177 Éric Lorber & Pramit Mitra, “US - India Relations: Convergence of Interests”, in Center for Strategic and International Studies, *South Asia Monitor*, 84, July 4, 2005.

ao nível do poder, quer ao nível da identidade liberal. É costume dizer-se que a China abala as estruturas de poder do mundo.¹⁷⁸ Certo. Mas a Índia, além de abalar o mundo (*poder*), abala também a estrutura interna do Ocidente (*identidade*). Por duas razões: (1) a Índia (e Japão, e Brasil, e África do Sul, e Austrália/Nova Zelândia) partilha com os ocidentais a mesma identidade política, o mesmo regime político. Do ponto de vista normativo, a Índia força os ocidentais a admitir que o Ocidente/Atlântico Norte não tem qualquer monopólio da legitimidade. (2) Dentro do sistema de alianças do Estado central do Ocidente (EUA), a Índia (e Japão, e Austrália) tem tanta importância como a aliança transatlântica. Hoje, os EUA são, em igual medida, transpacificos e transatlânticos.

E esta realidade pós-atlântica (quer ao nível do *poder estrutural*, quer ao nível da *identidade liberal*) conduz-nos a um outro ponto: dentro da chamada ordem internacional liberal (FMI, OMC, Banco Mundial, e até a ONU) existe uma tensão entre *poder* e *identidade*. A distribuição de poder dentro das diversas instituições internacionais continua a ser marcada por um enviesamento em favor das democracias atlânticas. As regras e os privilégios (edificados em 1944-45) não reflectem a nova distribuição de poder e de legitimidade em 2007. A pergunta que se segue é, portanto, a seguinte: será que a manutenção da ordem liberal internacional, tal como a conhecemos, implica que os ocidentais têm de ceder poder aos asiáticos *dentro* das organizações internacionais criadas por ocidentais e para ocidentais em 1945? E a tal tensão entre *poder* e *identidade* reside no seguinte: até poderá existir um fundamento normativo que permita aos ocidentais não ceder poder à *autoritária* China (ex.: violação dos direitos humanos, regime autoritário de partido único, etc.), mas este argumento normativo já não tem fundamento quando falamos em ceder poder às *democracias* não-ocidentais (Brasil, África do Sul, Japão ou Índia). Brasília, Pretória, Tóquio e Nova Deli têm tanta legitimidade como Washington, Paris, Berlim ou Ottawa. Com que legitimidade liberal poderá o Ocidente negar a presidência do FMI, por exemplo, à liberal e democrática Índia? Por que razão a autoritária Rússia tem assento no G-8 e a Índia não? Como é que os ocidentais, sobretudo os EUA, vão gerir esta tensão entre identidade liberal e poder *dentro* da ordem internacional liberal? É disso que trata o nosso próximo artigo.

178 Ver James Kynge, *A China Abala o Mundo*, Lisboa, Bizâncio, 2006.